

AS ORIGENS DOS COMEDORES POPULARES E SUA IMPORTÂNCIA PARA A RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA NA ESPANHA REVOLUCIONÁRIA (1936-1939)

Igor Pasquini Pomini¹

Resumo: Em julho de 1936 se iniciou na Espanha um dos conflitos mais importantes do século XX. Ele irrompeu após uma tentativa de golpe militar, mas uma inesperada resistência popular acabou frustrando os planos dos insurretos, dando início assim à guerra civil espanhola, que se encerrou apenas em 1939. Mas tal conflagração não pode ser entendida apenas como uma contenda militar. Na verdade, foi um conflito de classes que fora gestado por décadas de organização dos trabalhadores, choques nas ruas e nos locais de trabalho, sendo principalmente um processo revolucionário que buscava emancipar os trabalhadores da exploração de sua força de trabalho e superar as relações de produção capitalistas.

Um importante sustentáculo da luta revolucionária e antifascista, embora em menor medida, eram os chamados comedores populares. Estes eram uma espécie de “bandejão” criado na retaguarda e que servia comida de forma gratuita para milicianos, familiares de milicianos e desempregados. Sua origem se encontra nos Comitês de Defesa da Confederação Nacional do Trabalho – CNT –, o sindicato de inspiração anarquista que era majoritário na Espanha durante o período assinalado, especialmente na região da Catalunha, onde praticamente monopolizava o movimento operário. A importância dos comedores populares está no fato de que, inicialmente, quando foram formadas as milícias, os trabalhadores que a elas se apresentaram para lutar deixaram de trabalhar e, portanto, de receber seus salários. Isso condenaria seus familiares à fome na retaguarda. Assim, os comedores populares eram um complemento indispensável à luta antifascista no campo militar, sem o qual a resistência simplesmente não poderia ocorrer. No entanto, os comedores populares, e o Comitê Central de Abastecimentos, à qual estes comedores estavam ligados, se chocaram com os comerciantes do ramo alimentício, pois os comedores lhes faziam concorrência. Além disso, o Comitê de Abastecimentos propugnava pelo controle dos preços dos alimentos na retaguarda, enquanto tais comerciantes propugnavam pelo livre mercado, o que significava preços elevados dos alimentos, condenando os mais pobres à fome. E, por último, o Comitê de Abastecimentos favorecia a coletivização do ramo alimentício, o que fazia os choques ficarem mais intensos ainda. Assim, os comerciantes se organizaram para implementar suas demandas, tal como os comedores populares e o Comitê de Abastecimentos, que tinham o Sindicato de Alimentação da CNT como aliado. Desse modo, as desavenças em torno da questão alimentar também eram uma disputa entre revolução e contrarrevolução e os rumos da guerra civil. Entender sua dinâmica é importante para compreender os meandros da Revolução Espanhola e é isso que o presente trabalho pretende discutir.

Palavras-chave: Revolução Espanhola; Guerra Civil Espanhola; Autogestão; Anarquismo; Comunismo

1 Doutorando em História Econômica Pela Universidade de São Paulo – USP

A Guerra Civil Espanhola teve início após uma tentativa de golpe militar perpetrado em julho de 1936. Generais insurretos como Mola, Goded e Franco se insurgiram contra a República e, principalmente, contra os trabalhadores organizados. Mas a insurreição foi derrotada graças a uma ampla e inesperada resistência popular, dividindo o território espanhol em duas partes e iniciando um conflito que durou até 1939. De um lado ficaram os militares, que foram apoiados por fascistas, monarquistas, carlistas e conservadores de todo tipo. Do outro lado situava-se os republicanos, comunistas – seguidores ou opositores ao regime de Moscou – e anarquistas. Estes últimos eram os mais numerosos dentro do movimento operário espanhol, especialmente na região da Catalunha, onde praticamente o monopolizava. Os anarquistas estavam estabelecidos em duas organizações: a Confederação Nacional do Trabalho – CNT –, e a Federação Anarquista Ibérica – FAI –, esta última abrangendo toda a Península Ibérica, ou seja, incluía também anarquistas portugueses.

Mas paralelamente ao conflito militar houve um processo revolucionário de grande envergadura, particularmente profundo na região da Catalunha. Muitos dos antigos donos de empresa e seus encarregados fugiram, seja por estarem comprometidos com o golpe, seja por terem medo da reação dos trabalhadores. Assim, como uma parte da burguesia e de seus comparsas desapareceram, os trabalhadores ficaram diante de um dilema: voltar para casa e esperar o desenrolar dos acontecimentos – o que queria dizer que eles estariam jogados no desemprego em plena guerra civil – ou assumir eles mesmos as empresas, dando início ao que na época se chamava de “coletivização” – nos dias de hoje a palavra mais usada para descrever essa relação é “autogestão”. Assim, começou a surgir uma série de empresas geridas diretamente por seus trabalhadores, que nomeavam um comitê de empresa que passava a administrá-la em seu nome. Tais comitês de empresa tinham mandatos fixos e revogáveis, e estavam controlados pela assembleia dos trabalhadores. O número de membros dos comitês de empresa e sua dinâmica de funcionamento variavam bastante, podendo diferir de uma empresa para outra, de um ramo para outro, de região para região, etc. Mas nem todas as coletivizações se formaram pela fuga dos proprietários e de seus ajudantes. Muitas delas foram constituídas na base da força, mediante a expropriação sistemática por parte de seus trabalhadores. Algumas destas se utilizaram da violência, chegando mesmo ao extremo de se recorrer ao assassinato dos patrões e seus comparsas. Mas também houve empresas em que os patrões e os antigos chefes foram simplesmente absorvidos pela nova empreitada coletiva, às vezes nas mesmas condições que os demais trabalhadores, ou seja, com os mesmos direitos e deveres, às vezes sofrendo algum tipo de restrição, como não poder assumir cargos de chefia ou não ter voz ou voto nas assembleias. O que determinava a sorte destes antigos patrões eram as relações que estes haviam estabelecido com seus trabalhadores antes do processo revolucionário, ou seja, os patrões muito truculentos ou que se utilizavam de violência contra seus trabalhadores acabaram sofrendo os destinos mais cruéis.

Mas as coletivizações de empresas não foram as únicas mudanças que o processo revolucionário engendrou. Com o enfraquecimento dos poderes republicanos, surgiram também os comitês de bairro ou cidade. Estes se formaram em cada cidade ou bairro e sua função era administrar o perímetro que lhe correspondia – nas cidades pequenas se formava um comitê que abarcava todo o município, mas nas grandes localidades, como Barcelona, eles se formaram a partir de um perímetro específico, os bairros. Assim, os comitês de bairro ou de cidade acabaram por assumir de fato o controle das ruas, notadamente na região da Catalunha, incluindo a cidade de Barcelona, colocando em segundo plano os poderes republicanos – mas estes continuaram a existir, ainda que, ao menos no início do processo revolucionário, não tivessem um controle efetivo das ruas. Agustín Guillamón assim descreveu os comitês de bairro e cidade.

Esos comités revolucionarios locales se habían constituido en auténticos estados-ciudad, o comités-gobierno, estableciendo multas y tributos, enrolando milicianos para el frente, formando patrullas de control para imponer su autoridad, realizando obras públicas financiadas con impuestos revolucionarios para resolver el paro masivo, expropiando fábricas y talleres que eran colectivizados, imponiendo un nuevo modelo educativo racionalista, incautando edificios y alimentos, comprando armas en el extranjero, sosteniendo hospitales y comedores gratuitos, y un largo etcétera. Los ayuntamientos habían sido sustituidos por esos comités locales, arrebatando a la Generalidad² la menor influencia. [...]. Las consignas del CCMA [Comité Central de Milicias Antifascistas] eran acatadas por los comités locales y de barrio si no eran contrarias a los intereses revolucionarios, pero encontraban enormes resistencias cuando se consideraba que eran fruto del compromiso con la burguesía y el gobierno de la Generalidad. Al mismo tiempo el CCMA tenía que contar con esos comités locales, si quería que se hicieran realidad sus mandatos. El conflicto interno de los dirigentes de la CNT-FAI, entre los partidarios y los contrarios a la colaboración, se extendía a las problemáticas relaciones entre el Comité Central y los organismos revolucionarios locales. El gobierno de la Generalidad se limitaba a legalizar la realidad social y económica de las colectivizaciones y “conquistas revolucionarias”, como único medio de ir adquiriendo un prestigio y aceptación del que carecía. El CCMA apenas podía gobernar, ni disponer nada, fuera de la ciudad de Barcelona, sin la aceptación y colaboración de los comités locales, o los sindicatos. La debilidad de éstos radicaba en la imposibilidad de consolidarse como un auténtico poder alternativo, a escala de toda Cataluña, sin el apoyo coordinador y centralizador de una organización obrera, y mucho menos en cuenta de todas las organizaciones existentes.³

Cabe salientar também que os comitês de bairro, principalmente os da Catalunha, tinham os anarquistas como sua principal força impulsionadora, embora eles não fossem

2 Generalidad, ou Generalitat, em catalão, é o nome do Governo Autônomo da Catalunha.

3 Agustín Guillamón, *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1936-1938)*, Barcelona, Aldarull, 2011, p. 15-16.

os únicos a fazer parte deles. Socialistas, comunistas e mesmo republicanos chegaram a participar de tais comitês, muito embora estes geralmente o faziam contra as diretrizes de suas organizações e contra a vontade de seus dirigentes.

Um outro pilar do processo revolucionário espanhol foram as milícias operárias, que se formaram a partir da derrocada do Exército republicano. Com o início do golpe militar, o governo republicano não teve outra solução a não ser distribuir armas entre os trabalhadores – embora tenha relutado em fazer isso com medo de uma revolução social, o que inclusive prejudicou bastante a resistência ao golpe, favorecendo muito a queda de cidades importantes, como Zaragoza –, e estes, conforme iam derrotando os insurretos, se apoderavam de mais armas ainda. Somado a isso, as diversas organizações do campo antifascista, os partidos e os sindicatos, iam formando suas próprias forças de luta para combater os militares revoltosos, dando início assim à formação das milícias populares. Inicialmente isso foi feito pelos sindicatos, nomeadamente pelos cenetistas, mas logo esse modelo de organização armada se espalhou para todas as organizações do campo antifascista. Cada partido ou sindicato formou suas próprias milícias, que eram constituídas, armadas, enviadas e mantidas no front sob seus auspícios. As milícias refletiam em parte a ideologia e as formas organizacionais da entidade às quais estava ligada. Em geral, embora com exceções, elas se caracterizavam por uma maior horizontalidade e igualdade entre seus membros. Os comandos eram eleitos – e revogáveis –, as rações compartilhadas eram as mesmas para todos, as estratégias eram discutidas, etc. As milícias se tornaram modelo até mesmo para as tropas do governo catalão, que chegou a criar as suas próprias milícias, chamadas de Milícias Cidadãs, embora não tenha obtido o sucesso que esperava.

Outro pilar importante do processo revolucionário espanhol foram os sindicatos, especialmente os que estavam alocados dentro da CNT. Mas também a União Geral de Trabalhadores – UGT –, central sindical afeita aos socialistas e que, embora minoritária, teve também um papel importante no processo revolucionário, ainda que em menor escala do que a CNT. Várias foram as coletivizações empreendidas conjuntamente pelos dois sindicatos, bem como comitês de bairro e de cidade formado por membros de ambos. A relação entre eles foi bastante difícil durante o processo revolucionário, mas isso não impediu que fechassem vários acordos, embora boa parte deles tenha sido acordos de cúpula.

Comitês de empresa, comitês de bairro e de cidade, milícias operárias, Sindicatos. Estes eram os pilares nos quais a Revolução Espanhola repousava. No entanto, houve também uma outra “instituição” que, embora não estivesse diretamente relacionada com o processo revolucionário, cumpriu um papel extremamente importante, possibilitando a própria existência da luta antifascista: eram os chamados “comedores populares”. Estes nada mais eram do que uma espécie de “bandejão” popular, que inicialmente fornecia comida grátis para milicianos, familiares de milicianos e desempregados, sem os quais ficariam jogados a própria sorte. Os comedores populares foram extremamente importantes porque eles deram um suporte à luta antifascista, aos trabalhadores que haviam se alistado nas milícias, fazendo com que seus familiares que haviam ficado na retaguarda tivessem

alimentação garantida. E isso se tornava ainda mais importante quando sabemos que, ao menos até a segunda quinzena de setembro de 1936, os milicianos não recebiam um centavo por estarem no front, e muitos deles deixaram de receber os salários por terem abandonado seus locais de trabalho. Dessa maneira, percebemos o quanto os comedores populares eram imprescindíveis para a luta antifascista. Não diretamente no front, mas como um complemento indispensável. No entanto, para compreendermos mais sobre os comedores populares e suas origens, precisamos fazer uma digressão no tempo e salientarmos um pouco a história do movimento operário espanhol e, particularmente, da CNT.

Em 1907 foi fundado em Barcelona uma organização chamada Solidaridad Obrera, que era uma confederação de sindicatos catalães, de ideologia anarquista e sindicalista revolucionária. Esta organização logo se expandiu para toda a Catalunha, se tornando bastante influente naquela região. O Solidaridad Obrera participou de lutas importantes na primeira década do século XX, mas após o episódio que ficou conhecido como Semana Trágica⁴, ficou evidente que era preciso uma organização que abarcasse todos os sindicatos afeitos ao Solidaridad Obrera em nível nacional. Assim, em 1910, o Solidaridad Obrera convocou um congresso que acabou por terminar com a fundação da CNT, ou seja, a organização catalã agora conheceu uma expansão para toda a Espanha, embora não tivesse a mesma força da Catalunha em outras regiões. O periódico do Solidaridad Obrera, que tinha o mesmo nome da Organização, permaneceu existindo após a fundação da CNT, sendo que na época da guerra civil espanhola era o principal jornal do movimento operário e um dos principais de toda a Espanha. Ele existe, inclusive, até os dias de hoje, sendo publicado em formato eletrônico e em papel.

Após sua fundação, a CNT conheceu uma série de percalços. Durante a década de 1910 ela alternou entre períodos em que podia atuar legalmente e períodos de proibição, participando ativamente de várias campanhas e lutas dos trabalhadores. E ela acabou por obter alguns grandes êxitos, como a greve da La Canadiense, em 1919, que começou de forma defensiva e terminou com uma grande vitória da Organização, ajudando a aumentar seu prestígio e a difundir o mito de que ela era invencível. E justamente por conta de seus êxitos e crescimento, os patrões passaram a patrocinar jagunços para matarem líderes operários, dando início a um período que ficou conhecido como o período do pistolerismo. Alguns dos líderes grevistas e das organizações operárias foram assassinados, com destaque para Salvador Seguí⁵, executado em 1923 em Barcelona. Diante da ofensiva dos patrões, os cenetistas intensificaram seus “grupos de ação”. Estes eram grupos de ação armada que poderiam ser resumidos na ideia do “olho por olho, dente por dente”. Tratava-se de bandos armados de trabalhadores que respondiam aos ataques da patronal na mesma moeda, ou

4 A Semana trágica foi uma revolta que ocorreu em Barcelona de fins de julho até início de agosto de 1909 por conta mobilização decretada pelo governo com o intuito de enviar mais tropas para o Marrocos, gerando distúrbios e enfrentamentos entre trabalhadores e tropas do governo.

5 Salvador Seguí (1886-1923), conhecido também como El noi del sucre, foi um importante anarquista e um dos fundadores da CNT, estando envolvido em muitas das grandes lutas operárias na Espanha. Foi assassinado em 1923 por um dos pistoleiros contratados pela patronal.

seja, reagiam aos assassinatos com outros assassinatos. Assim, segundo Guillamón⁶, uma executiva dos sindicatos aprovou a formação dos grupos de ação. Cada sindicato teria seus próprios grupos de ação, que fariam a segurança armada dos trabalhadores em greves e outras manifestações. Os grupos de ação não eram unânimes entre os trabalhadores, mas contaram, ao menos, com sua complacência, do mesmo modo que os pistoleiros da patronal contavam com a complacência de seus pares. Vários grupos de ação ficaram famosos na década de 1920, como o Los Solidarios, que tinham entre seus membros vários anarquistas famosos, como Buenaventura Durruti, Juan García Oliver e Francisco Ascaso. Muitos membros dos grupos de ação acabariam assumindo um papel preponderante durante o período da guerra civil e da Revolução.

Os grupos de ação funcionaram durante toda a década de 1920, quando a Espanha estava sob a égide de um regime ditatorial, a ditadura de Primeiro de Rivera, que abertamente favorecia os patrões em detrimento dos trabalhadores, tanto no tocante ao uso das forças repressivas quanto em outras questões. Neste período a CNT acabou tendo de atuar na ilegalidade, pois a ditadura impôs os comitês paritários de trabalhadores e patrões, o que a Organização não aceitou, tendo então que passar para a clandestinidade. Contraditoriamente, a UGT não apenas aceitou como também chegou mesmo a ostentar cargos no governo ditatorial, causando conflito entre as duas centrais sindicais e deixando marcas para a posteridade.

Em 1931, após perder as eleições, o rei Alfonso XIII acabou aconselhado a deixar o país antes que uma revolução o derrubasse, o que ele acabou fazendo. Isso fez com que a República fosse proclamada sem derramamento de sangue. Mas o advento da República mudou também o panorama do movimento operário e da CNT. Os antigos grupos de ação passaram a se tornar cada vez mais obsoletos, fazendo com que seus críticos passassem a ter mais força. Isso porque sua existência afastava muitos trabalhadores que se colocavam contrários ao uso da violência. Por outro lado, os grupos de ação acabavam por atrair para os sindicatos cenetistas uma gama de pessoas que utilizavam a violência não como um meio, mas como um fim em si mesmo, ou seja, pessoas que se utilizavam do anarquismo organizado para praticar crimes comuns em benefício próprio, confundindo grupos de ação com banditismo. Um outro efeito dos grupos de ação era que ele atraía a repressão para todas as organizações anarquistas e para o movimento operário como um todo. As forças repressivas combatiam não apenas os grupos de ação, mas também sindicatos, escolas racionalistas, ateneus, indivíduos propagandistas, etc. Assim, com a proclamação da República e a mudança de conjuntura interna da Espanha, os grupos de ação perderam muito de sua eficácia, que acabavam mais afastando do que harmonizando os trabalhadores. Eles haviam se tornado contraproducentes.

E foi em meio a esta nova conjuntura que um secretário da AIT⁷, Alexander Shapiro, visitou a Espanha entre 1932 e 1933, e escreveu um relatório sobre o que ele havia observa-

6 Agustín Guillamón, *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1936-1938)*, Barcelona, Aldarull, 2011.

do ali. Segundo Guillamón⁸, o relatório de Shapiro criticava a falta de planejamento e organização das insurreições, como a que ocorreu em janeiro de 1933, bem como a tática conhecida como “ginástica revolucionária”⁹, qualificando-a de localista, além de não prezar por uma preparação prévia e expor os anarquistas à repressão. Segundo o relatório, seria preciso haver um planejamento sistemática da revolução. Era preciso estudar minuciosamente todos os aspectos que se ligavam direta ou indiretamente ao processo revolucionário, abandonando o espontaneísmo e se concentrando em seu planejamento. Os Comitês de Defesa da CNT, que já existiam, seriam reorganizados para estes fins. Eles seriam divididos em grupos pequenos, de umas seis pessoas, o que facilitaria seu trabalho prático e reforçaria seu caráter clandestino. Deveriam ser divididos por bairro, mas nas pequenas localidades eles poderiam atuar sob um perímetro maior, podendo abarcar mesmo toda a localidade. As funções de cada membro deveriam ser: 1) secretário, que fazia ligações com outros grupos e ajudaria na formação de novos comitês; 2) encarregado de fazer levantamento das pessoas potencialmente perigosas para o movimento; 3) encarregado de estudar edifícios hostis, salientando suas vulnerabilidades, importância, etc.; 4) encarregado de investigar pontos estratégicos, como pontes, passagens secretas, etc.; 5) encarregado de investigar serviços públicos, visando sabotagem ou confisco; 6) encarregado de localizar lugares onde se obter armas, dinheiro, víveres, etc.

El grupo de defensa era la célula básica de esa estructura militar clandestina de la CNT, constituida por seis militantes. Su ámbito era una demarcación muy precisa dentro de cada barrio. En cada barrio se constituía un Comité de Defensa de la barriada, que coordinaba todos esos cuadros de defensa, y que recibía un informe mensual de cada uno de los secretarios de grupo. El secretario-delegado de barrio realizaba un resumen que entregaba al Comité de Distrito; y éste, a su vez, lo tramitaba al Comité Local de Defensa “y éste al Regional y al Nacional sucesivamente”.¹⁰

Assim, os Comitês de Defesa passaram a se estruturar dessa maneira a partir de meados da década de 1930, embora tal organização não tenha sido adotada do mesmo modo e ao mesmo tempo em todos os lugares. E quando os militares perpetraram o golpe, em ju-

7 Associação Internacional dos Trabalhadores. Organização internacional fundada em 1922, em Berlim, e que se propunha a ser uma continuadora do espírito da Primeira Internacional, reunindo uma série de sindicatos afeitos à CNT.

8 Agustín Guillamón, *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1936-1938)*, Barcelona, Aldarull, 2011.

9 A “ginástica revolucionária” era uma tática que se baseava em insurreições a fim de minar o sistema político vigente e ao mesmo tempo “educar” e “treinar” os trabalhadores na prática insurrecional e organizacional para que estes pudessem derrotar as forças repressivas do regime vigente. Assim, as insurreições não necessariamente visavam à vitória, mas também o processo “educacional”, sendo consideradas uma forma de ação direta.

10 Agustín Guillamón, *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1936-1938)*, Barcelona, Aldarull, 2011, p. 15-16.

lho de 1936, foram exatamente estes Comitês de Defesa quem liderou a resistência. Foi a partir deles que se desdobraram tanto as milícias quanto os comitês de bairro e de cidade, embora com algumas modificações, como a absorção de outros elementos não presentes nos anteriores Comitês de Defesa. Estes novos quadros provinham tanto de “militantes comuns” da própria organização cenetista quanto de membros de outras correntes políticas, convertendo os Comitês de Defesa em comitês de bairro que, normalmente, refletiam a composição política da localidade, o que lhes garantia uma grande legitimidade. Além disso, os Comitês de Defesa também deram origem às milícias cenetistas – que, como vimos, se tornou modelo para outras correntes políticas –, e foi exatamente esta origem em comum que fez com que comitês de bairro e milícias operárias estivessem interligadas durante todo o processo revolucionário. E é aqui que chegamos ao centro de nossa questão. Os comedores populares foram uma criação do Comitê Central de Abastecimentos, mas eles se apoiaram nos comitês de bairro e, tal como estes, tinham suas raízes últimas nos Comitês de Defesa, especificamente no membro responsável por levantar fornecimento de víveres, armas e dinheiro – eles sabiam de antemão onde estavam os estoques de comida dentro de seu perímetro, e os comedores populares nasceram a partir do confisco de tais gêneros.

No entanto, a questão dos abastecimentos ultrapassava os comedores populares. O Comitê Central de Abastecimentos, que havia sido fundado em 26 de julho, não se restringiu a criar e gerenciar os comedores populares, tendo atuado também na organização da questão dos abastecimentos em geral, em conluio com os mercados coletivizados. Este criou armazéns de alimentos que ficavam nos bairros, chegando a ter 13 deles em Barcelona. Segundo uma circular do Comitê Central de Abastecimentos¹¹, publicada na imprensa em 16 de agosto de 1936, tal órgão alimentava cerca de 81.420 pessoas, acrescido aos 16.100 que se alimentavam nos comedores populares instalados na Via Layetana – rua que teve seu nome mudado para Via Durruti¹², em homenagem ao líder anarquista, voltando ao nome original após a guerra civil. E não entraram nesta conta os alimentos enviados para clínicas, sanatórios, hospitais, etc.

Mas a questão dos abastecimentos e os comedores populares enfrentaram muitas dificuldades, algumas delas decorrentes do próprio processo de guerra civil, e outras se deram por conta da resistência de setores da sociedade. Dentre as dificuldades impostas pela guerra podemos citar as imensas adversidades no campo da produção, transporte, preços – tanto de compra quanto de venda, bem como dos valores das matérias-primas, especialmente as importadas –, vendas – a perda de mercado consumidor –, etc. Já do ponto de vista social podemos salientar a resistência de determinados setores, como por exemplo a dos varejistas do ramo de alimentos. Um dos motivos de sua ferrenha oposição era que os comedores populares lhes faziam concorrência direta, afetando negativamente sua cliente-

11 Solidaridad Obrera, Circular del Comité Central de Abastos, Barcelona, n. 1354, p. 13, 16 ago 1936.

12 José Buenaventura Durruti (1896-1936). Histórico militante cenetista, Durruti participou de grupos de ação e de várias ações armadas. Durante a guerra civil ele dirigiu a luta em uma Coluna que levava seu nome. Durruti acabou morto na frente de Madri, atingido por um tiro, e então a Via Layetana passou a ostentar seu nome como uma forma de homenageá-lo.

la e seu lucro potencial, além do fato de que inicialmente os comedores terem sido formados mediante o confisco de víveres de muitos destes varejistas. Mas um outro motivo da oposição ao Comitê de Abastecimentos tinha uma causa mais profunda: a expansão do setor coletivizado – como era o caso dos comedores populares – do ramo da alimentação. O Comitê de Abastecimentos, em consonância com as coletividades rurais, o Sindicato de Alimentação da CNT e os mercados que haviam sido coletivizados durante o processo revolucionário – como o Mercado Central de Borne, em Barcelona –, acabaram por formar um poderoso e ameaçador setor coletivizado, que concorria diretamente com o setor privado. E esta disputa entre o setor coletivizado e o setor privado no ramo de alimentos catalão foi se tornando cada vez mais acirrada conforme o processo revolucionário se agudizava, chegando mesmo a irromper conflitos que envolveram até disputas armadas entre ambos setores.

No entanto, esta já é uma história mais longa do que pretendemos tratar neste pequeno ensaio. Nos cabe apenas, a título de conclusão, salientar que durante todo o processo revolucionário espanhol as relações entre o setor coletivizado e o setor privado foram bastante conflituosas. Mesmo desempenhando um papel de crucial importância para a própria luta antifascista, os comedores populares, que eram parte integrante do setor coletivizado, sofreram uma oposição sistemática de setores proprietários do ramo da alimentação. E estes setores usaram todas as armas que possuíam para atacar não apenas os comedores, mas também as coletivizações. No entanto, até ao menos o mês de dezembro de 1936, o setor coletivizado havia conseguido fazer frente ao setor privado. Mas as coisas mudaram a partir da gestão de Comorera a frente do Comitê de Abastecimentos, quando este passou a flagrantemente favorecer o setor privado. E isso piorou após o mês de maio de 1937, quando os trabalhadores sofreram uma pesada derrota nas ruas de Barcelona e de toda a Catalunha.

Fontes e Referências Bibliográficas

BARÓ, Albert Pérez. **30 Meses de Colectivismo en Cataluña (1936-1939)**. Barcelona: Ariel, 1974.

BERNECKER, Walther L. **Colectividades y Revolución Social: el Anarquismo en la Guerra Civil Española, 1936-1939**. Barcelona: Crítica, 1982.

BROUÉ, Pierre. **A Revolução Espanhola (1931-1939)**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

GUILLAMÓN, Agustín. **Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938)**. Barcelona: Aldarull, 2011.

_____. **La Guerra del Pan: hambre y violencia en la Barcelona revolucionaria. De diciembre de 1936 a mayo de 1937.** Barcelona: Aldarull, 2014.

_____. **La Revolución de los Comités: hambre y violencia en la Barcelona revolucionaria. De junio a diciembre de 1936.** Barcelona: Aldarull, 2013.

MINTZ, Frank. **La Autogestión en la España Revolucionaria.** Madrid: La Piqueta, 1977.

PEIRATS, José. **La CNT en la Revolución Española.** Madrid: Ruedo Ibérico, 1988.

RICHARDS, Vernon. **Enseñanzas de la Revolución Española.** Madrid: Campo Abierto, 1977.

SOLIDARIDADE OBRERA. **Circular del Comité Central de Abastos.** Barcelona, n. 1354, p. 13, 16 ago 1936.

THOMAS, Hugh. **A Guerra Civil Espanhola.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

VILAR, Pierre. **A Guerra da Espanha.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.